

A Construção de uma política educacional no Brasil: uma abordagem histórico pedagógica sob a ótica do Ensino Religioso Escolar

Carlos da Silva Rego Junior

REGO, Carlos da Silva Rego, Jr Pedagogo, professor especialista em Docência do Ensino Religioso.

Pesquisador do **GPIDMR**, Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Desenvolvimento Municipal/Regional UNILFU/UENF. CNPq

<http://lattes.cnpq.br/3895322824005322>

O artigo aborda a evolução das políticas educacionais no Brasil sob o prisma do Ensino Religioso na educação brasileira, passando pelas fases históricas do Brasil colônia, fase monárquica até a fase republicana. A temática é relevante pois o início da educação formal é trazida pelos Jesuítas, desse modo a religião permeia o espaço escolar, sendo a escola confessional, abraçará a linha teológica de sua confissão. Porém sendo a escola pública, a postura se dará subjetivamente e também através do ensino religioso. Tal disciplina prevista no ordenamento torna-se a problemática que acompanha a educação brasileira desde o início da era republicana, enfoque do artigo, quando se estabeleceu o Estado laico. O presente artigo trata do tema: “A Construção de uma política educacional no Brasil: uma abordagem histórico pedagógica sob a ótica do Ensino Religioso Escolar. Tem por objetivo desenvolver a trajetória do ensino religioso na educação e na legislação brasileira”, abordando avanços e construções pedagógicas bem como as características apontadas do seu atual modelo, positivado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, considera também as colocações do Fórum Nacional de Ensino Religioso (Fonaper) que busca através do diálogo com o sociedade encontrar relevância e contextualização para a disciplina, entende também o “reler”, identificar o “fenômeno religioso” na epistemologia, face a um “contexto confessional e fundamentalista” que observa-se na escola, e entra em conflito com a natureza do serviço público. Não passam despercebidos o Acordo Brasil-Santa Sé e, por conseguinte a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República no Supremo Tribunal Federal e seus desdobramentos e também a Base Nacional Comum Curricular publicada em 2018. Entende-se que nas práticas pedagógicas, os alunos possuem informações de natureza religiosa fragmentada, que necessitam da intervenção de professores pedagogicamente habilitados com licenciatura, não para construir apologética, mas para construir cidadania, respeito e tolerância.

Palavras-chave: Política educacional, Ensino Religioso, Escola, Estado laico.